



Conselho Nacional de Justiça
Ata da reunião da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento
do CNJ

Memória de Reunião		
COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA, ESTATÍSTICA E ORÇAMENTO DO CNJ		
Data	Horário	Local
07/03/2018	14h	Sala 208, Bloco D – CNJ
Participantes		Telefone/e-mail
Rogério José Bento Soares do Nascimento, conselheiro		(61) 2326-4881 rogerio.nascimento@cnj.jus.br
Fernando César Baptista de Mattos, conselheiro		(61) 2326-4881 fernando.mattos@cnj.jus.br
Maria Tereza Uille Gomes, conselheira		(61) 2326-4967 uille@cnj.jus.br
Márcio Schiefler Fontes, conselheiro		(61) 2326-4962 schiefler.fontes@cnj.jus.br
Valtércio Ronaldo de Oliveira, conselheiro		(61) 2326-4904 valtercio.oliveira@cnj.jus.br
Maria Tereza Aina Sadek, diretora do DPJ		(61) 2326-5266 maria.sadek@cnj.jus.br
Antonio Carlos Stangherlin Rebelo, direto do DAO		(61) 2326-5287 antonio.rebelo@cnj.jus.br
Fabiana Andrade Gomes e Silva, diretora do DGE		(61)2326-5293 Fabiana.gomes@cnj.jus.br
Gabriela Moreira de Azevedo Soares, diretora Técnica do DPJ		(61) 2326-5266 gabriela.soares@cnj.jus.br
Jorge Luiz Manfroí, DAO		(61) 2326-5290 jorge.manfroni@cnj.jus.br
Lucas Delgado		(61)2326-5263 lucas.delgado@cnj.jus.br



Conselho Nacional de Justiça

Ata da reunião da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ

Gabriela Veríssimo Teixeira	(61) 2326-5293 gabriela.teixeira@cnj.jus.br
Larissa Garrido Benetti Segura, assessora-chefe conselheiro Fernando Mattos	(61) 2326-4881 larissa.segura@cnj.jus.br
Larissa Franco Assumpção Coelho, assessora-chefe conselheiro Rogério Nascimento	(61)2326-4977 larissa.coelho@cnj.jus.br

1. Apreciação dos recursos interpostos pelos tribunais, contra a premiação do Selo Justiça em números 2017:

Após discussão, com manifestações dos Conselheiros Fernando Mattos e Márcio Fontes, a Comissão, seguindo proposta do Conselheiro Rogério Nascimento, deliberou por apreciar os Recursos interpostos no Processo SEI nº 02870/2018, de forma mais resumida, dispensando a leitura completa do teor dos pareceres elaborados pelo DPJ, previamente disponibilizados e de conhecimento dos conselheiros.

Na sequência a professora Maria Tereza Sadek e a diretora técnica do DPJ, Gabriela, alertaram que parte dos recursos diz respeito à dificuldade de análise de dados em razão das deficiências do Departamento de Tecnologia e Informática, oportunidade em que o Conselheiro Márcio, na qualidade de Presidente da referida comissão, informou que prestaria os auxílios devidos aos envolvidos na premiação do Selo Justiça em Números.

Procedida a análise, por unanimidade, com fundamento nos pareceres elaborados pelo DPJ, a Comissão negou provimento aos recursos do Tribunal de Justiça do Amapá, do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª e do Tribunal do Trabalho da 23ª Região.

Em relação ao Tribunal de Justiça do Alagoas, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e o Tribunal do Trabalho da 20ª Região, face à ausência de elementos técnicos capazes de averiguar o cumprimento do módulo de produtividade, de forma a viabilizar a apreciação dos recursos, a comissão votou pelo encaminhamento, por meio de despacho, ao DTI para que se manifestasse sobre o problema técnico relatado pelos Tribunais, para posterior deliberação.



Conselho Nacional de Justiça

Ata da reunião da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ

Foi destacado que, apesar de o Recurso do TRT23 tratar de mesmo questionamento do TJAL, TRT8 e TRT20, deveria ser negado porque, ao ser intimado para apresentar novos dados, em prazo fixado pela Comissão Avaliadora, e, ao contrário dos demais tribunais em situação semelhante, o TRT23 se manteve silente.

A Comissão deu parcial provimento ao Recurso do Tribunal de Justiça do Ceará para acolher o pedido de Revisão do requisito VI, e acrescentar 1,5 pontos, o que fez com que alcançasse a categoria “Ouro”. Em relação ao requisito VIII, a Comissão desproveu o recurso entendendo que o prazo para publicação das despesas mensais deverá ser no dia 20 do mês subsequente, razão pela qual votaram pela desnecessidade de modificação do prazo e eventual manifestação do Plenário.

Por fim, a Comissão deu provimento ao Recurso do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região para conceder 2 pontos, face a dificuldade de se identificar se a falha na visualização da Tabela de Lotação de Pessoal prevista na Resolução 219/2018 teria sido por problemas técnicos do Tribunal ou do CNJ.

2. Análise e aprovação da minuta da Portaria do regulamento do Selo Justiça em números 2018:

Após debates, a Comissão decidiu por adiar a análise da minuta da Portaria para a próxima reunião, dentro de 15 dias, oportunidade em que o Conselheiro Fernando Mattos se comprometeu a apresentar proposta de redação de artigo a ser acrescido que possibilite ao CNJ afastar a incidência do artigo 4º, inciso 2, da Portaria, quando não fosse possível verificar os dados encaminhados, de forma a evitar que o resultado do selo seja distorcido e se distanciasse da realidade da prestação jurisdicional.

A Conselheira Maria Tereza externou sua preocupação em relação à visibilidade internacional da Justiça brasileira, e pediu vista da Portaria para, concomitante à vista ao Conselheiro Fernando, formular proposta de inclusão de novos requisitos, de acordo com as exigências internacionais.

3. Avaliação do Selo:



Conselho Nacional de Justiça
Ata da reunião da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento
do CNJ

O item 3, por ser conexo ao 2, foi também adiado, para deliberação conjunta.

4. Ratificação e aprovação do parecer do DPJ sobre o pedido do TJRN de alteração do módulo de produtividade do Selo:

Ratificada, por unanimidade, a deliberação da comissão realizada em novembro de 2017, sobre o módulo de produtividade. O Conselheiro Presidente, fara juntada da ata da reunião, e irá proferir despacho nos expedientes do SEI e nos processos do PJe respectivos, para dar cumprimento às alterações no módulo de produtividade do Selo aprovadas.

5. Análise do Programa de Trabalho do DAO, que sugere, ao decorrer do ano, o debate dos temas, de acordo com os ciclos orçamentários:

O diretor do DAO, apresentou as propostas de Trabalho do Departamento, com sugestão de debates ao decorrer do ano, de acordo com os ciclos orçamentários, acatada pelos membros da comissão, e fez uma exposição estatística sobre o orçamento no Poder Judiciário, com identificação das despesas de 2017 e as perspectivas para 2018, com alerta da necessidade de diminuição de gastos para não ferir o teto previsto na Emenda 95 para o ano de 2020.

5. Deliberação sobre o Processo de formulação das metas nacionais de 2019

Adiada.

6. Planejamento da Reunião Preparatória para o XII Encontro Nacional do Poder Judiciário

Adiado.

8. Designação de relatores para os processos encaminhados para parecer da Comissão:



Conselho Nacional de Justiça
Ata da reunião da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento
do CNJ

A Comissão acordou distribuir a elaboração de Parecer do Procedimento de Comissão nº 1325-59.2008 ao Conselheiro Márcio Fontes, do Procedimento de Comissão nº 3844-26, ao Fernando Mattos e, por fim, no PP nº 3492-68, ao Conselheiro Valtércio Oliveira.

Não havendo mais assuntos a serem deliberados, a Comissão encerrou a reunião às 16 horas e 30 minutos. A ata segue assinada pelo presidente da Comissão.

Em, 07 de março de 2018.

Assinado Eletronicamente

Conselheiro ROGÉRIO JOSÉ BENTO SOARES DO NASCIMENTO